

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 229 , DE 2019

Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal e revoga o inciso XIX da Constituição Federal e o § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a licença parental compartilhada.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

.....

XVIII - licença parental compartilhada pelos genitores ou pelos que adotarem ou obtiverem guarda judicial para fins de adoção de criança, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e oitenta dias; ” (NR)

Art. 2º Ficam revogados o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal e o § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor da data de sua publicação.

Recebido em 17/12/19
Hora 12:36
Eduardo A
Estagiário - SLSF/SGM



SF/19603.64361-26

Página: 1/4 22/10/2019 14:46:13

4ae463b8a9875676e650a44c538ed8700b9c0c8d

JUSTIFICAÇÃO

Os institutos da licença-maternidade e da licença-paternidade vigentes (com a grande diferença de tempo de licença entre mulheres e homens) expressa o conceito superado de que a responsabilidade pelo cuidado do bebê é preponderantemente da mulher.

Segundo estudo feito pela ONG Save the Children, em 2015, os países considerados como os melhores para ser mãe possuem em suas legislações sistemas de licença maternidade e paternidade mais flexíveis, onde se permite que as responsabilidades possam ser compartilhadas entre pai e mãe. Noruega, Finlândia, Islândia, Dinamarca e Suécia ocupam as primeiras cinco posições.

Aos poucos, vários países estão substituindo a licença-maternidade pela licença parental compartilhada, onde os pais decidem quem ficará com o filho e durante quanto tempo com cada um e, assim, permitir a igualdade na continuação das carreiras profissionais e maior convivência de ambos os com o bebê.

O sistema de licença parental compartilhada proporciona um desenvolvimento maior da autoestima e autocontrole nos filhos, tornando-as crianças e, futuramente, adultos menos impulsivos, com menor probabilidade de sofrer de depressão, e com comportamento social adequado.

Essa diferença entre os períodos de licença para o pai (5 dias) e mãe (120 dias) cria ainda uma disparidade entre os gêneros no mercado de trabalho. É muito comum a mulher ser demitida após o seu retorno ao trabalho, o que interfere negativamente na sua carreira profissional, afeta significativamente sua remuneração e dificulta sua contratação.

Com esta iniciativa, longe de retirar direitos dos pais que foram consagrados pela Assembleia Constituinte de 1988, estamos propondo sua ampliação e adequação aos novos tempos, para que continuem cumprindo os objetivos para os quais foram criados.



SF/19603.64361-26

Página: 2/4 22/10/2019 14:46:13

4ae463b8a9875676e650a44c538ed8700b9c0c8d



Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares para a aprovação de relevante medida e de tão grande alcance social.

Sala das Sessões,

Senadora ELIZIANE GAMA

Senador (a)	Assinatura
1. Eliziane Gama	Eliziane Gama
2. KAIRU	Kairu
3. Vera Gama	Vera Gama
4. ALESSANDRO VICINO	Alessandro Vicino
5. Freziano	Freziano
6. Fato Fato	Fato Fato
7. E. AMIN	E. Amin
8. CID F. GOMES	Cid F. Gomes
9. Alvaro Dias	Alvaro Dias
10. Humberto Costa	Humberto Costa
11. LASIER	Lasier
12. STYLIANOS VAKANTIN	Stylianos Vakantin
13. Maria do Carmo	Maria do Carmo
14. Antonio Amador	Antonio Amador
15. Rose de Freitas	Rose de Freitas
16. Dequelelto	Dequelelto
17. Romdolfo	Romdolfo
18. Simone Tebet	Simone Tebet
19. Wlverten	Wlverten
20. Romário Lelis	Romário Lelis



SF/19603.64361-26

Página: 3/4 22/10/2019 14:46:13

4ae463b8a9875676e650a44c538ed8700b9c0c8d



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2019

Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal e revoga o inciso XIX da Constituição Federal e o § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a licença parental compartilhada.

Senador (a)	Assinatura
21. Juvil Campos	
22. ORIOVISTO	
23. Law	
24. Paulo Rocha	
25. Moulga Gomes	
26. FERNANDO BEZERRA GOMES	
27. MASON ODIMPA	
28. Rodrigo Todoran	
29. Paulo Allynne	
30. OTTO	
31. ADRIANO GIRON	
32. JAKUES	
33. REGUFFE	
34.	
35.	



SF/19603.64361-26

